g1.globo.com

Servidores da UEL e da UEM retomam paralisação das atividades

Facebook



Servidores da UEL realizam assembleia nesta segunda-feira (Foto: Marcelino Barbosa/RPC)

Servidores da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e da Universidade Estadual de Maringá (UEM), no norte do Paraná, paralisaram as atividades nesta segunda-feira (27). Conforme os sindicatos, a paralisação ocorre contra o projeto de lei enviado pelo governo do estado à Assembleia Legislativa que promove mudanças no Regime Próprio de Previdência Social do Estado. A proposta deve ser apreciada pelos deputados estaduais nesta segunda.

Na UEL, os professores decidiram paralisar as atividades durante o período de votação do projeto. Já os funcionários técnico administrativos realizam uma assembleia na manhã desta segunda-feira para definir retomam a greve por tempo indeterminado, segundo o Sindicato dos Servidores Públicos Técnico-Administrativos da UEL (Assuel Sindicato).

A categoria está em estado de greve desde que a paralisação foi suspensa, em março. Cerca de 17 mil alunos ficarão sem aulas na UEL.

"O governo tenta se apropriar ilegalmente dos recursos da aposentadoria dos servidores para resolver um problema de caixa dele, sem ter transparência para apresentar onde foi parar o dinheiro do caixa do estado", argumenta o Renato Barbosa, presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região (Sindiprol/Aduel).

Na UEM, os professores e agentes universitários decidiram retomar a greve, suspensa no começo de março. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá (Sinteemar), a paralisação será por tempo indeterminado.

Ainda conforme o sindicato, a assembleia definiu que a retomada da greve é a melhor forma de pressionar os deputados para retirarem ou votarem contra o projeto de lei que quer mudar o sistema de aposentadoria dos servidores. Ao todo, 22 mil estudantes são afetados pela paralisação na UEM.

A paralisação também ocorre na Universidade Estadual do Norte Pioneiro (Uenp) e a Universidade Estadual do Paraná (Unespar), de acordo com a Sindiprol/Aduel.

saiba mais

Greve em outras universidades

Também contrários às mudanças no fundo das aposentadorias dos servidores estaduais, professores da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), na região central do Paraná, também retomam a greve a partir desta segunda-feira.

Professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) já retomaram o movimento grevista na quarta (22). Os sindicatos são contra as mudanças na previdência.

Os funcionários do Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HU), em Cascavel, no oeste do estado, e servidores da Unioeste entraram em greve na sexta-feira (24).

Regime Próprio de Previdência Social

A ParanáPrevidência – como é conhecido o Regime Próprio de Previdência Social do Estado – é composta por três fundos: o Militar, o Financeiro e o Previdenciário.

A proposta, apresentada pelo governo estadual, sugere que 33.556 beneficiários com 73 anos ou mais sejam transferidos do Fundo Financeiro, que é arcado com pelo Tesouro estadual, para o Fundo Previdenciário, constituído a partir de contribuições dos servidores e do poder público.

O governo afirma que o Fundo Previdenciário está capitalizado em mais de R\$ 8,5 bilhões em investimentos. O Executivo argumenta ainda que esta migração proporcionará uma economia de R\$ 125 milhões, por mês, com o pagamento de benefícios. Valor significativo para o cenário de dificuldade financeira vivido pela administração estadual.

O projeto prevê que o Fundo Previdenciário terá ainda o aporte de R\$ 1 bilhão a partir de 2021, com o reinício de repasse ao Estado dos royalties da usina de Itaipu, que garantiria a solvência do sistema por pelo menos 29 anos.